

DESRESPONSABILIZAÇÃO FAMILIAR VIOÊNCIA NOS IDOSOS

CRIAÇÃO DE OUTRAS RESPOSTAS

A Escola Comunitária tem vindo a refletir sobre algumas problemáticas e preocupações que colocam os idosos em situação de vulnerabilidade, como por exemplo: perda de saúde física e mental, solidão, abandono familiar, violência física e psicológica, furtos, baixos rendimentos e omissão das responsabilidades familiares.

A nível nacional, segundo os dados de 2017, Portugal tinha 2.213.274 de idosos, com um elevado índice de envelhecimento e dependência total (54,4%) a par de um aumento acelerado da população com 65 ou mais anos.

A atual conjuntura social apresenta-se com uma deficiência de valores, menosprezando a cultura ancestral, a valorização e o respeito pelos idosos, agravado pela falta de tempo disponível dos familiares em idade ativa, sujeitos às exigências economicistas das novas sociedades.

A faixa etária a partir dos 65 anos depara-se com uma panóplia de dificuldades, quer por motivos de saúde e limitações de mobilidade, quer pelos fracos recursos económicos que levam muitos idosos a situações de dependência e sem suporte familiar que lhes dê apoio ou que lhes permita uma qualidade de vida aceitável.

Quando o idoso não aceita ser institucionalizado nem autoriza que lhe seja prestado outro tipo de apoio e mesmo sem família, ou quando a rede de suporte familiar responsável se desresponsabiliza, coloca-se em risco a sua sobrevivência.

Assim, as instituições locais e regionais que podem prestar algum apoio (ISS, IPSS, S.C. MISERICÓRDIAS, AUTARQUIAS LOCAIS e outras entidades) ficam sem possibilidades de o fazer quando a família não aparece para ser coresponsabilizada na tomada de decisão. Nestes casos, fica o idoso por sua conta e risco, ao cuidado da sorte.

A situação de dependência e fragilidade físico-mental e medo, impede os idosos de denunciar as situações de falta de respeito e desumanidade de que são alvo, sendo que muitos dos atos de maus tratos são praticados no seio familiar e institucional.

O estudo efetuado através da Carta Social, identificou uma taxa de cobertura média de serviços destinados a idosos, no território nacional, de 12,7% em 2017. Quer isto dizer que: - se todas as pessoas com mais de 65 anos quisessem ou precisassem de aceder à rede de serviços e equipamentos para idosos, só 13 em cada 100 encontrariam resposta. Entre 1991 e 1998 houve uma evolução positiva de equipamentos e serviços (lares, centros de dia e apoio domiciliário) destinados aos mais velhos. A tendência manteve-se na década seguinte. Entre 2000 e 2015, estas respostas cresceram 55% e a partir daí, estabilizaram.

Na Carta Social concluiu-se que 9 em cada 10 idosos residentes em lares têm alterações cognitivas e dentro deste grupo, 78% sofre de algum tipo de demência.

A taxa de ocupação dos lares de idosos era de 92,6%. Atualmente, os lares estão cheios e com listas de espera para novas admissões. A ocupação média dos centros de dia é de 64,2% e a do serviço domiciliário de 71,1%. O aumento das necessidades dos utentes, associado à aceleração do envelhecimento da população, transfere a procura para respostas de institucionalização. Nestas instituições, a prestação dos serviços assistenciais rege-se por horários rígidos, similares ao modelo de funcionamento hospitalar, (privilegiando horários funcionais das instituições) e sobrepõem-se aos hábitos de muitos utentes, e com imagem estereotipada dos velhinhos sentados em salas com um televisor ligado.

Em muitas instituições, a limitação de recursos financeiros e a falta de condições adequadas, impede a contratação de fisioterapeutas e animadores/ terapeutas

ocupacionais para desenvolver atividades estimulantes das capacidades cognitivas e da mobilidade física dos idosos.

O atual serviço de apoio domiciliário prestado pelas instituições não serve para todos os que precisam de cuidados assistenciais nas suas residências. Nem sempre há familiares ou outros cuidadores disponíveis e preparados para as necessidades (diurnas e noturnas) desta população cada vez mais envelhecida e debilitada. Daí que procurem soluções informais sem apoio técnico-social.

Urge articular a valência de apoio domiciliário com os cuidados de saúde (clínicos, de enfermagem de fisioterapia, etc.).

É necessário e urgente, repensá-la e alargá-la qualitativamente de modo a que os idosos tenham na sua residência o apoio diurno e noturno, mantendo-os no seu espaço preferido assegurando-lhes o bem-estar e uma melhor qualidade de vida.

Para tal urge:

1 - investir na formação de profissionais mais qualificados e dedicados a este tipo de trabalho social;

2 - sensibilizar a nossa sociedade para reforçar os alertas, junto dos Órgãos Tutelares e de Soberania, para a alteração legislativa adequada às novas e reais condições da população idosa, tendo em conta que, sendo mais instruída e culturalmente evoluída carece de outras oportunidades e é merecedora de melhor qualidade de vida e saudável longevidade.

3 - criação de um organismo que assegure e proteja os idosos vulneráveis, em situações de denúncia (pelos próprios ou terceiros), através de uma linha telefónica permanente, com legislação apropriada para a criação de recursos e apoio de um auxílio/resposta imediata aos idosos em situações de risco.

Tem que ser repensada a rede de oferta, os idosos de hoje são diferentes dos de há dez ou há 20 anos. Estão bem mais envelhecidos e dementes. Urge, criar outros tipos de respostas diferenciadas, que assegurem uma melhor qualidade de vida desta população.

O Estado Português tem a obrigação constitucional de garantir a proteção dos cidadãos e o cumprimento dos Direitos da Pessoa Idosa, quer esteja institucionalizada quer viva na sua própria residência.

Portugal precisa de articular recursos, conjugar saberes e experiências acumuladas nos Organismos Oficiais e Instituições de Solidariedade Social, algumas seculares, rentabilizando os inerentes investimentos em prol dos necessitados.

Portugal deve ouvir os cidadãos atentos a esta problemática, aceitar a sua colaboração organizada e dignificar as gerações que tanto contribuíram para o seu progresso socioeconómico.

OS PORTUGUESES MERECEM VIVER UMA ANCIANIA RESPEITADA, PARTICIPATIVA E SOLIDÁRIA.

Alcochete, 19 de dezembro de 2018